

Município de : PARECI NOVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	10,67%	6,29%	3,61%	4,29%	4,33%	4,29%
VARIAÇÃO PIB	-3,80%	-3,60%	0,34%	2,03%	2,51%	2,49%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
ESFORÇO NA ARRECADADAÇÃO TRIBUTÁRIA	7,05%	3,61%	2,54%	4,40%	3,51%	3,48%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	-4,15%	12,58%	-3,08%	1,78%	3,76%	0,82%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-13,96%	-2,43%	1,65%	-4,91%	-1,90%	-1,72%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-14,71%	5,52%	4,05%	-1,72%	2,62%	1,65%
TAXA DE JUROS SELIC (Média do Ano)	14,25%	13,75%	10,21%	8,26%	8,44%	8,41%
PIB / RS (em R\$ milhões)	375.094	380.449	450.366	474.557	511.885	553.008

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não, com as origens/especial/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA					REESTIMADO			PROJETADO		PROJETADO
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2018	2019	2020	
1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	19.274.357,00	19.520.806,00	22.551.833,00	22.711.830,00	23.415.083,34	25.252.388,20	26.870.293,56				
1.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	819.129,00	933.158,00	991.928,00	1.056.271,00	1.118.445,19	1.207.882,06	1.303.577,61				
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Remd.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	189.961,00	179.931,00	244.495,00	277.537,00	281.667,71	304.191,37	328.291,21				
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	Poder Legislativo	1.153,00	5.108,00	9.288,00	5.032,00	7.863,75	8.492,58	9.165,41				
1.1.1.0.0.0.0.00.00.00	Demais Impostos	572.526,00	681.522,00	680.517,00	672.165,00	738.243,24	797.277,13	860.442,13				
1.1.2.0.0.0.0.00.00.00	Taxas	48.985,00	60.517,00	57.217,00	100.848,00	87.557,81	94.559,41	102.050,96				
1.1.3.0.0.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	6.534,00	6.080,00	411,00	689,00	3.112,67	3.361,58	3.627,90				
1.2.0.0.0.0.00.00.00	Contribuições	524.975,00	525.699,00	670.009,00	597.243,00	664.296,00	739.501,71	823.306,78				
1.2.1.0.0.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais	414.476,00	407.145,00	545.680,00	437.441,00	493.624,00	556.970,25	628.204,71				
1.2.1.0.04.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	367.057,00	407.145,00	545.680,00	437.441,00	493.624,00	556.970,25	628.204,71				
1.2.1.0.06.0.00.00.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica											
1.2.1.0.99.0.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	47.419,00	-	-	-	-	-	-				
1.2.1.8.0.0.0.00.00.00	Municípios											
1.2.2.0.0.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas											
1.2.4.0.0.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	110.499,00	118.554,00	124.329,00	159.802,00	170.672,00	182.531,46	195.102,07				
1.3.0.0.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	1.376.064,00	1.472.485,00	2.551.338,00	2.215.547,00	2.275.988,00	2.434.139,20	2.601.774,01				
1.3.1.0.0.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado											
1.3.2.0.0.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	1.376.064,00	1.472.485,00	2.551.338,00	2.215.547,00	2.275.988,00	2.434.139,20	2.601.774,01				
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	126.724,00	95.053,00	125.526,00	113.156,00	131.706,22	140.858,06	150.568,71				
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	171.299,00	143.518,00	92.886,00	85.048,00	129.617,07	138.623,75	148.170,52				
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.068.716,00	1.225.515,00	2.320.496,00	2.006.390,00	2.002.192,54	2.141.318,55	2.288.787,33				
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda											
1.3.2.9.0.0.0.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	9.325,00	8.399,00	12.330,00	10.953,00	12.472,18	13.338,83	14.257,45				
1.3.3.0.0.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença											
1.3.6.0.0.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos											
1.3.9.0.0.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais											
1.4.0.0.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária											
1.5.0.0.0.0.00.00.00	Receita Industrial											
1.6.0.0.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	465.853,00	511.994,00	540.560,00	542.906,00	566.469,00	605.831,14	647.583,64				
1.7.0.0.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	15.683.857,00	15.621.859,00	17.483.675,00	17.978.855,00	18.562.593,07	20.048.766,28	21.268.535,80				
1.7.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades											
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	7.500.804,00	7.704.676,00	8.880.983,00	8.968.189,00	9.214.323,61	9.745.793,18	10.412.188,83				
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	6.045.859,00	6.757.924,00	7.583.710,00	7.750.000,00	7.890.668,00	8.340.630,00	8.941.033,00				
		118.881,00	75.194,00	214.877,00	317.351,00	232.495,94	251.682,07	264.631,91				

Valores em R\$ 1,00

1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	268.102,00	197.345,00	218.933,00	237.761,00	257.574,58	278.830,26	293.176,96
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	3.235,00	4.131,00	4.196,00	1.142,00	3.835,10	4.151,58	4.365,19
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	94.245,00	71.237,00	61.103,00	79.783,00	83.777,71	90.691,25	95.357,60
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	362.128,00	343.050,00	430.911,00	361.789,00	440.625,40	459.704,48	479.425,80
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	60.875,00	70.423,00	110.203,00	86.149,00	103.056,66	107.519,02	112.131,58
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	354.831,00	119.568,00	165.448,00	92.770,00	147.413,45	153.796,46	160.394,32
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	39.840,00	35.175,00	31.933,00	31.444,00	39.139,06	42.388,91	44.548,93
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades							
1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União	152.808,00	30.629,00	59.669,00	-	15.737,70	16.419,14	17.123,53
1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.101.256,00	5.668.396,00	5.683.295,00	6.001.477,00	6.310.536,46	6.742.908,50	7.113.105,83
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.250.756,00	4.889.836,00	4.914.612,00	5.150.000,00	5.292.186,00	5.695.181,00	6.034.086,00
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	533.579,00	601.579,00	567.992,00	580.904,00	648.067,47	663.298,09	679.847,28
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	94.382,00	94.288,00	59.633,00	69.398,00	83.460,81	85.422,27	87.563,55
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	1.155,00	4.406,00	12.164,00	16.463,00	11.841,30	12.119,59	12.421,97
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados		1.554,00	441,00	-	827,24	863,06	900,09
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	221.384,00		128.453,00	184.712,00	274.153,64	286.024,49	298.294,94
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades		76.733,00					
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados							
1.7.3.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
1.7.4.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas							
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	2.081.797,00	2.248.787,00	2.919.397,00	3.019.189,00	3.057.733,00	3.560.064,59	3.743.241,14
1.7.6.0.0.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior							
1.7.7.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas							
1.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	401.479,00	455.611,00	314.323,00	321.008,00	207.292,08	216.267,83	225.545,72
1.9.1.0.0.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12.738,00	50.035,00	75.061,00	127.312,00	95.791,03	99.938,78	104.226,16
1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
1.9.9.0.0.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	388.741,00	405.576,00	239.262,00	193.696,00	111.501,05	116.329,05	121.319,56
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores							
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios							
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência							
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	388.741,00	405.576,00	239.262,00	193.696,00	111.501,05	116.329,05	121.319,56

Município de : PARECI NOVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
 Estimativas para a Receita Corrente Líquida
 Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 19/2016, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	22.551.833,00	22.711.830,00	23.415.083,34	25.252.388,20	26.870.293,56
II - DEDUÇÕES	5.752.374,20	5.442.977,60	5.571.549,29	5.977.183,12	6.412.735,85
IRRF s/Rendimentos do Trabalho	253.783,00	282.569,00	289.531,46	312.683,95	337.456,62
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	545.680,00	437.441,00	493.624,00	556.970,25	628.204,71
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	2.320.496,00	2.006.390,00	2.002.192,54	2.141.318,55	2.288.787,33
Deduções da Receita Corrente	2.632.415,20	2.716.577,60	2.786.201,29	2.966.210,37	3.158.287,19
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	-	-	-	-	-
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	16.799.458,80	17.268.852,40	17.843.534,05	19.275.205,08	20.457.557,71

Município de : PARECI NOVO

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018

Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

	PODER EXECUTIVO		
	2018	2019	2020
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	9.635.508,39	10.408.610,74	11.047.081,16
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	9.153.732,97	9.888.180,20	10.494.727,10
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	8.671.957,55	9.367.749,67	9.942.373,05
PODER LEGISLATIVO			
	2018	2019	2020
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.070.612,04	1.156.512,30	1.227.453,46
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.017.081,44	1.098.686,69	1.166.080,79
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	963.550,84	1.040.861,07	1.104.708,12

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

- a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;
- b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:
- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;
 - II - criação de cargo, emprego ou função;
 - III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
 - IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
 - V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : PARECI NOVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida e Resultado Nominal - Exceto RPPS

Exercício	2.015		2.016		2.017		2.018		2.019		2.020	
	Saldo	Saldo	Saldo	Reestimativa	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	
(1) Dívida Consolidada - Exceto RPPS	580.641,00	533.138,00	365.000,00	345.765,46	58.393,80	(271.403,33)						
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	2.333.275,00	1.936.909,00	1.101.250,00	1.790.478,00	1.609.545,67	1.500.424,56						
(3) Dívida Consolidada Líquida	(1.752.634,00)	(1.403.771,00)	(736.250,00)	(1.444.712,54)	(1.551.151,86)	(1.771.827,89)						
(4) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-	-	-						
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	-	-	-						
(6) Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-						

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Operações de Crédito / Pagamentos	2.015		2.016		2.017		2.018		2.019		2.020	
	Realizado	Realizado	Realizado	Reestimativa	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
2.1 - Operações de Crédito	580.641,00	119.359,00	-	-	-	250.000,00						
2.2 Encargos - Exceto RPPS	46.689,00	102.139,00	110.310,12	102.370,10	111.010,13	120.346,08						
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	150.038,00	172.892,00	186.723,36	197.013,45	205.544,13	214.361,97						
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda												

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : PARECI NOVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2018

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	(a)	(b)	(a)	(b)	(c)	(b)	(c)	(c)	(c)
Receita Total	20.389.576	19.550.845	0	21.697.749	19.941.729	0	23.518.614	20.726.081	0
Receitas Primárias (I)	19.769.317	18.956.100	0	21.304.288	19.580.111	0	23.100.669	20.357.762	0
Despesa Total	20.389.576	19.550.845	0	21.697.749	19.941.729	0	23.518.614	20.726.081	0
Despesas Primárias (II)	20.090.193	19.263.777	0	21.381.195	19.650.794	0	23.183.906	20.431.115	0
Resultado Primário (I - II)	(320.876)	(307.677)	(0)	(76.907)	(70.683)	(0)	(83.237)	(73.354)	(0)

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de : PARECI NOVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)			II-Metas Realizadas em 2016 (b)			% RCL	% PIB	Variação		R\$ 1,00
	% PIB	% RCL	% RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100						
Receita Total	23.450.000	0	1	22.185.451	0	1			(1.264.549)	(0)	
Receita Primárias (I)	18.568.527	0	1	19.514.754	0	1			946.227	0	
Despesa Total	23.450.000	0	1	18.059.124	0	1			(5.390.876)	(0)	
Despesa Primárias (II)	18.084.094	0	1	17.784.093	0	1			(300.001)	(0)	
Resultado Primário (I-II)	484.433	0	0	1.730.661	0	0			1.246.228	3	
Resultado Nominal	591.717	0	0	-	-	-			(591.717)	(1)	
Dívida Pública Consolidada	580.000	0	0	533.138	0	0			(46.862)	(0)	
Dívida Consolidada Líquida	(1.450.000)	(0)	(0)	(1.403.771)	(0)	(0)			46.229	(0)	
FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda											

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2016), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 19.514.754,00 superando a projeção para o período de R\$ 18.568.527,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 17.784.093,00, estabelecendo-se abaixo da previsão orçamentária. Não obstante a sua retração, corresponderam a ao total das receitas primárias, não comprometendo, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2015 o desempenho dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que superaram a expectativa.

A dívida consolidada totalizou (R\$ 1.403.771,00) valor inferior ao saldo de (R\$ 1.450.000,00) estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da diminuição dos desembolsos da amortização da dívida de 2016 R\$ 47.503,00.

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

Município de : PARECI NOVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2018

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						Variação %
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Receita Total	20.600.000,00	23.450.000,00	23.950.000,00	23.650.000,00	25.250.000,00	27.290.000,00	8,08%
Receitas Primárias (I)	19.293.000,00	18.568.527,00	20.651.000,00	21.027.548,04	22.715.219,97	24.583.267,67	8,22%
Despesa Total	20.600.000,00	23.450.000,00	23.950.000,00	23.650.000,00	25.250.000,00	27.290.000,00	8,08%
Despesas Primárias (II)	18.129.500,00	18.084.094,00	20.690.000,00	23.350.616,46	24.933.445,74	26.955.291,95	8,11%
Resultado Primário (I – II)	1.163.500,00	484.433,00	- 39.000,00	- 108,06%	- 2.218.225,78	- 2.372.024,28	6,93%
Resultado Nominal	58.360,00	591.717,00	1.970.200,00	232,96%	0	0	0
Dívida Pública Consolidada	-	580.000,00	-	-100,00%	345.765,46	- 271.403,33	-564,78%
Dívida Consolidada Líquida	-	- 1.450.000,00	0	-100,00%	- 1.444.712,54	- 1.771.827,89	14,23%

ESPECIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						Variação %
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Receita Total	22.686.176,21	24.296.545,00	23.950.000,00	22.677.150,25	23.206.492,65	24.049.662,91	3,63%
Receitas Primárias (I)	21.246.815,42	19.238.850,82	20.651.000,00	20.162.573,64	20.876.854,86	21.664.320,28	3,77%
Despesa Total	22.686.176,21	24.296.545,00	23.950.000,00	22.677.150,25	23.206.492,65	24.049.662,91	3,63%
Despesas Primárias (II)	19.965.486,97	18.736.929,79	20.690.000,00	22.390.081,94	22.915.557,44	23.754.697,13	3,66%
Resultado Primário (I – II)	1.281.328,45	501.921,03	- 39.000,00	- 107,77%	- 2.227.508,31	- 2.090.376,85	2,53%
Resultado Nominal	64.270,16	613.077,98	1.970.200,00	221,36%	0	0	0
Dívida Pública Consolidada	-	600.938,00	-	-100,00%	331.542,29	- 239.177,67	-545,66%
Dívida Consolidada Líquida	-	- 1.502.345,00	-	-100,00%	- 1.385.283,86	- 1.561.446,08	9,53%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : PARECI NOVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1,00	
	2016	%
Patrimônio/Capital	35.188.804,96	60,92%
Reservas		0,00%
Resultado Acumulado	22.576.601,96	39,08%
TOTAL	57.765.406,92	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016		2015		2014	
		%		%		%
Patrimônio/Capital	(10.080.264,92)	64,48%	(3.035.619,24)	30,11%	(2.032,31)	0,07%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	(5.552.621,53)	35,52%	(7.044.645,68)	69,89%	(3.033.586,93)	99,93%
TOTAL	(15.632.886,45)	100,00%	(10.080.264,92)	100,00%	(3.035.619,24)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016		2015		2014	
		%		%		%
Patrimônio/Capital	25.108.540,04	59,59%	13.462.655,12	53,62%	5.662.947,59	42,06%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	17.023.980,43	40,41%	11.645.884,92	46,38%	7.799.707,53	57,94%
TOTAL	42.132.520,47	100,00%	25.108.540,04	100,00%	13.462.655,12	100,00%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF. Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1.077/2003, está sobre a gestão do Fundo Municipal de Aposentadorias e Pensões do Município de Pareci Novo, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2014 a 2016, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 25.108.540,00 em 31.12.2015 para R\$ 42.132.520,00 em 31.12.2016.

Alinda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2016 com superávit patrimonial cujo principal fator foi o resultado positivo nas aquisições de Obras e instalações em Andamento.

Município de : PARECINHO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2014			
RECEITAS DE CAPITAL	23.000,00	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	71.700,00	100.160,00	-
Alienação de Bens Móveis	71.700,00	100.160,00	-
Alienação de Bens Imóveis	71.700,00	100.160,00	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	-	-	-
TOTAL	94.700,00	100.160,00	-

DESPESAS EXECUTADAS	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	23.000,00	70.160,00	101.700,00
Investimentos	23.000,00	70.160,00	101.700,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	23.000,00	70.160,00	101.700,00
SALDO FINANCEIRO	23.000,00	101.700,00	-

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : PARECI NOVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2014	2015	2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	309.961,05	407.144,98	545.680,00
RECEITAS CORRENTES	309.961,05	407.144,98	545.680,00
Receita de Contribuições dos Segurados	309.961,05	407.144,98	545.680,00
Pessoal Civil	309.961,05	407.144,98	545.680,00
Pessoal Militar	309.961,05	407.144,98	545.680,00
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	333.433,20	676.310,36	946.226,00
RECEITAS CORRENTES	333.433,20	676.310,36	946.226,00
Receita de Contribuições	333.433,20	676.310,36	946.226,00
Patronal	333.433,20	676.310,36	946.226,00
Pessoal Civil	333.433,20	676.310,36	946.226,00
Pessoal Militar	333.433,20	676.310,36	946.226,00
Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	643.394,25	1.083.455,34	1.491.906,00
DESPESAS	2014	2015	2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	309.564,40	605.067,70	685.744,00
ADMINISTRAÇÃO	309.564,40	605.067,70	685.744,00
Despesas Correntes	309.564,40	605.067,70	685.744,00
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	309.564,40	605.067,70	685.744,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	333.829,85	478.387,64	806.162,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2014	2015	2016
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	80.878,33	118.814,98	184.312,03
Plano Financeiro	80.878,33	118.814,98	184.312,03
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	80.878,33	118.814,98	184.312,03
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	80.878,33	118.814,98	184.312,03
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2016.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal - RGF.

Município de : PARECI NOVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
						Vide Observação abaixo
TOTAL						
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda						

Nota: Não há previsão de renúncia de receita para 2018.

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2018 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal
 2 - Os valores da renúncia projetados para 2019 e 2020, foram calculados a partir dos valores de 2018, aplicando-se inflação para 2018:
 Inflação para 2018:
 Inflação para 2019:

4,33%
 4,29%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.
 Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.
 Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.
 Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : PARECI NOVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I-II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2018, adequar-se-ão às receitas arrecadas pelo Município.